

INCLUSÃO DIGITAL NA TERCEIRA IDADE: O PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM E DIFICULDADES DO IDOSO NA INFORMÁTICA

Rodrigo José Vieira Febrônio¹

RESUMO

A Inclusão digital das pessoas acima dos 60 anos ainda está longe de atingir níveis satisfatórios de aprendizagem, pois tem se apresentado na sociedade diversas estruturas de invisibilidade dos idosos, a problemática da inclusão digital, no caso desse estudo gira em torno do ensino da informática e seu processo de aprendizagem e dificuldade do idoso, no Projeto de Inclusão Digital para Idosos da Universidade Tiradentes – Campus Estância, alinhado com os alunos do projeto Estância Ativa – da Secretaria de Saúde do município de Estância. As pessoas da terceira idade aprendem Informática – como entrar na era digital, para se comunicarem de acordo com a visão do mundo da informação, mas com suas visões de mundo e experiência. O Principal problema é a dificuldade que os idosos têm em aprender e utilizar o computador e equipamentos eletrônicos inovadores, o principal objetivo do presente artigo foi buscar conhecer as condições que facilitam e dificultam o aprendizado do uso do computador observado por alunos de um grupo de terceira idade que fizeram parte do projeto de inclusão digital da Universidade Tiradentes Campus Estância. Em fim procuramos compreender como vem se desenvolvendo o processo de ensino/aprendizagem para esses alunos que se apresenta com limitações digitais, buscamos contribuir com uma verdadeira inclusão digital. Para a realização de tal estudo recorremos a instrumentos metodológicos de pesquisa bibliografia e empírica, indo em “lôcus” nos espaço

1. Graduado em Gestão da Tecnologia da Informação pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE e Especialista em Gestão de Infraestrutura de Redes. rfebronio@gmail.com

da Universidade Tiradentes – Campus Estância, a pesquisa veio revelar quão grande é a dificuldade dos idosos para a efetivação da educação inclusiva digital.

PALAVRAS – CHAVES:

Inclusão Digital. Educação. Informática. Terceira Idade.

ABSTRACT

The digital inclusion of people over 60 is still far from achieving satisfactory levels of learning, as has been shown in several structures society invisibility of the elderly, the issue of digital inclusion, in the case of this study revolves around the teaching of computing and their learning difficulties and the elderly, the Digital Inclusion Project for Seniors Tiradentes University - Campus stay aligned with the students stay Active project - the Health Department of the municipality of Estancia. The seniors learn Computers - how to enter the digital age, to communicate according to the world view of information, but with their world views and experience. The Main problem is the difficulty that older people have in learning and using innovative computer and electronic equipment, the main objective of this paper was to seek to know the conditions that facilitate and hinder the learning of computer use by students observed a third group age who were part of the digital inclusion project Tiradentes University Campus office. In order to try to understand is developing the process of teaching / learning for those students who presents with digital limitations, we seek to contribute to a true digital inclusion. For conducting such a study we used the methodological tools and empirical research literature, going on 'locus' in the space Tiradentes University - Campus office, research has revealed how great is the difficulty of the elderly for effective digital inclusive education.

KEY WORDS:

Digital Inclusion. Education. Computer. Third Age

1 INTRODUÇÃO

O presente Artigo Científico busca investigar a 'Inclusão Digital na Terceira Idade: O processo de ensino\aprendizagem e as dificuldades do idoso na Informática'. Estudos nos mostram que o ensino oferecido às pessoas da terceira idade, que são excluídos digitalmente, encontra-se ainda bastante defasado, principalmente no tocante a dificuldade da aprendizagem do idoso na informática.

O Envelhecimento da população no mundo atual vem crescendo significativamente. Estima-se que, no ano de 2030, o número de idosos poderá chegar a setenta milhões nos países desenvolvidos. No Brasil, as projeções para o ano de 2025, indicam que a população total aumentará cinco vezes em relação à de 1950. Segundo dados do Ministério da Saúde, a população brasileira idosa, em 1996, era de 7,8 milhões e entre 1950 e 2020 esta estatística crescerá 16 vezes o número de pessoas acima de sessenta anos de idade no país (LACOURT; MARINI, 2006; FILHO et al., 2006).

Segundo Passerino e Pasqualotti (2006) o envelhecimento humano compreende todos os processos de transformação do organismo, tanto físicos quanto psicológicos e sociais, envolvendo principalmente papéis sociais desempenhados pelos indivíduos. Principalmente alterações na memória, que nos idosos, apresentam-se mais lentas, mais incertas e mais vulneráveis. Os mais velhos podem ser mais sábios e experientes do que os jovens, mas em questões de recordação e memória, o desempenho dos idosos é, em geral, significativamente pior.

Entretanto, observa-se que além dessas alterações das transformações epidemiológicas que colocam os idosos em um grupo etário emergente, vê-se a proliferação das tecnologias de comunicação e de informação. Isso tem despertado um grande interesse entre os mais velhos quanto ao aprendizado da informática, considerando os benefícios que ela pode oferecer às suas vidas (KREIS et al., 2007).

A utilização do computador e a busca de domínio da informática foram crescendo diariamente de forma contínua e rápida. A linguagem da informática e o conhecimento sobre o computador passaram a ser símbolos da cultura contemporâ-

nea, atualizada e inclusiva. Sua penetração na sociedade inicialmente era restrita aos profissionais especializados. Hoje, seu uso independe de área de especialização e de faixa etária, influenciando na autovalorização, autoimagem e consequentemente, na autoestima de idosos (PAPALIA, 2003).

Além disso, nota-se que o perfil do idoso do século XXI mudou, ele deixou de ser uma pessoa que vive de lembranças do passado, recolhido em seu aposento, passou a assumir uma postura mais autônoma e ativa, capaz de produzir e consumir produtos e serviços que no passado não estavam a sua disposição. Mais importante, a sociedade defronta-se com um idoso cidadão que se sente responsável pelas mudanças sociais e políticas (KACHAR, 2001).

Verifica-se, também, que o fator idade não é definidor das possibilidades de acesso ao computador. O ambiente educacional das aulas e oficinas para idosos é diferente do ambiente que frequentaram quando jovens. Educados numa época em que o ensino se dava pela autoridade, pela disciplina, no sequencial e no direcionamento, o jeito de resolver um problema era único e o erro era castigado (KACHAR, 2000).

Todavia, o declínio de algumas atividades não inviabiliza a apropriação e o domínio do recurso tecnológico, mas exige um contexto educacional específico que atenda às condições de aprender sobre a máquina e por meio dela explorar outras possibilidades de desenvolvimento do indivíduo. As pesquisas sobre a aprendizagem e utilização do computador, por idosos, no Brasil, são ainda escassas, por isso a metodologia de ensino e aprendizagem específica, para eles, apresenta muitos aspectos ainda a serem estudados (KACHAR, 2003).

No intuito de compreendermos como ocorre o aprendizado dos alunos excluídos digitalmente no município de Estância, Sergipe, buscamos observar o ensino oferecido a esses alunos, no Projeto de Inclusão Digital para Terceira Idade, parceria da Universidade Tiradentes e Secretaria de Saúde do Município de Estância, por meio do Projeto Estância Ativa, e percebemos que a problemática engloba fatores como: a dificuldade que o aluno tem na aprendizagem de operar o computador, os professores e colegas destes alunos.

Justifica-se a pesquisa pelo fato da inclusão ser atualmente uma exigência da sociedade, porém apesar disto, essa mesma sociedade ainda não se encontra preparada para atender igualitariamente a todos os cidadãos. Para que uma escola seja verdadeiramente inclusiva é necessário que se observem um conjunto de fatores que favoreçam a participação de todos os alunos, respeitando-se suas singularidades. Mas isto não depende apenas da escola, toda sociedade deve estar envolvida com políticas sociais que sejam igualitárias.

Será que as dificuldades no processo de ensino/aprendizagem dos idosos em relação a operar o computador, podem ser minimizados por meio da interação com os amigos, professores e demais membros da sociedade digital?

Essas e outras questões devem ser respondidas ao longo do nosso artigo que tem como objetivo despertar na sociedade o interesse pela Inclusão Digital dos Idosos e a importância do processo de ensino aprendizagem desses alunos com uma educação de qualidade, buscando minimizar as dificuldades encontradas quanto a operar um computador.

Enquanto educadores, não podemos subestimar as potencialidades e as capacidades dos alunos da terceira idade e devemos respeitar sua limitação, bem como a utilização do computador. Dessa forma a inclusão só terá êxito com o engajamento dos profissionais no processo de ensino e aprendizagem os alunos com mais de 60 anos.

A metodologia utilizada no presente artigo foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos de autores da área como:

Anderson Jackle, Ângela Aita, Carla Helena, entre outros que organizaram o livro *Inclusão Digital de Idosos: a descoberta de um novo mundo* (2008). A pesquisa empírica também foi realizada na Universidade Tiradentes – Campus Estância, precisamente no projeto de Inclusão Digital para idosos com parceria do projeto Estância Ativa da Secretaria municipal de Saúde da Cidade de Estância. Nesta pesquisa coletamos dados referentes às causas da deficiência no processo de ensino e aprendizagem, buscamos identificar os atendimentos realizados, e procuramos compreender como são estabelecidas as relações entre a família, o projeto e os alunos. Enfim, no presente artigo

procuramos compreender como vem se desenvolvendo processo de ensino/aprendizagem para esses alunos da terceira idade por fim buscamos contribuir com uma verdadeira inclusão.

2 IDEIAS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: MARCOS NORMATIVO X INOPERÂNCIA DOS DIREITOS

A Educação inclusiva se ancora em uma perspectiva de Educação para a cidadania, pautada nos princípios de liberdade humana, em uma sociedade em que todos são iguais e onde incide o respeito às diversidades Físicas, culturais, religiosas, sociais econômicas e políticas, apreso a tolerância, o que significa educar para a o exercício da democracia, de modo que educar é consequência de uma ação comunitária, por isso considera-se importante a participação da Família no processo de educação inclusiva para terceira idade. Por meio de diálogo e do encontro que se dá a comunicação de um sujeito com o outro, onde educador e educando se educam simultaneamente.

A Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei 8.842/94, regulamentada em 3/6/96 por meio do Decreto 1.948/96, amplia significativamente os direitos dos idosos, já que, desde a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), as prerrogativas de atenção a este segmento haviam sido garantidas de forma restrita. Surge num cenário de crise no atendimento à pessoa idosa, exigindo uma reformulação em toda estrutura disponível de responsabilidade do governo e da sociedade civil (COSTA, 1996). Essa política está norteada por cinco princípios descritos na Lei 8842/94, Capítulo II, Seção I dos Princípios, Art. 3º – Brasília, 4 de janeiro de 1994, 173º da Independência e 106º da República – Itamar Franco e Leonor Barreto Franco, a saber:

1. a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
2. o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objetivo de co-

nhecimento e informação para todos;

3. o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

4. o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através dessa política;

5. as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral na aplicação dessa lei (BRASIL. LEI 8842/94).

Quando deparamos com a análise dos princípios expostos acima, podemos afirmar com bastante clareza que a Lei 8.842/94, da Política Nacional do Idoso, está inserida e atende a atual atuação de Assistência Social como estado de Direito, o que garante além de tudo o mínimo de proteção social, buscando sempre o futuro de uma cidadania digna para a velhice. Inserido dentro desse contexto o governo vem traçando um Plano Integrado (Interministerial) de Ação Governamental para manter a concessão de Benefícios de Prestação Continuada, além disso, incluiu dentro desse plano, novas práticas, dentre elas destacam-se: readequação da rede da saúde e assistência social para o idoso, elaboração de instrumentos que permitam incorporação do idoso na vida socioeconômica, o turismo foi desenvolvido, buscando atender o público com mais de 60 anos de idade, entre outras.

Apesar dessa proposição de esforços nas diferentes áreas do governo, a implementação desta política nos Estados revela apenas ações isoladas e incipientes sobre a realidade da pessoa idosa no país, esbarrando num amplo complexo de variáveis que se entrelaçam, entre elas os reduzidos recursos financeiros. (SILVA, 2006, p. ?).

Apesar dessa proposição de esforços nas diferentes áreas do governo, a implementação desta política nos Estados revela apenas ações isoladas e incipientes sobre a realidade da pessoa idosa no país, esbarrando num amplo complexo de variáveis que se entrelaçam, entre elas os reduzidos recursos financeiros (SILVA, 2006).

Na atualidade, o Estatuto do Idoso, criado pela

Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, estabelece prioridade absoluta às normas protetivas ao idoso, elencando novos direitos e estabelecendo vários mecanismos específicos de proteção os quais vão desde precedência no atendimento ao permanente aprimoramento de suas condições de vida, até a inviolabilidade física, psíquica e moral (CENEVIVA, 2004).

Segundo Uvo e Zanatta (2005), esse Estatuto constitui um marco legal para a consciência idosa do país; a partir dele, os idosos poderão exigir a proteção aos seus direitos, e os demais membros da sociedade tornar-se-ão mais sensibilizados para o amparo dessas pessoas.

No âmbito da **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**, os principais direitos do idoso encontram-se no artigo 3º, o qual preceitua:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL. LEI 8.842).

Contudo, o impasse para a consolidação desses direitos está na inoperância das leis garantidas constitucionalmente, isso porque os incentivos do governo são rarefeitos nesse âmbito, evidenciada pela falta de uma estrutura pedagógica sucateada, professores despreparados frente a proposta de educação inclusiva, falta de equipamentos materiais nas escolas que proporcionem o desenvolvimento desse projeto educacional para idosos, no âmbito deste artigo.

3 INCLUSÃO DIGITAL NA TERCEIRA IDADE: O PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM E DIFICULDADES DO IDOSO NA INFORMÁTICA

As barreiras que dificultam a inclusão digital dos idosos são diversas. Algumas das dificuldades encontradas referem-se aos declínios sensoriais,

motores, físicos decorrentes do avanço da idade. Sendo que a difusão de novas tecnologias tem exigido dos idosos um aprendizado contínuo, para que os mesmos possam interagir de forma autônoma com os aparatos tecnológicos. A sociedade da informação criou uma segregação apelidada de 'analfabetismo Digital', que compreende a pessoa que sente dificuldade em utilizar o computador ou qualquer outro equipamento eletrônico (terminais bancários, terminais de autoatendimento, tablets, celulares, entre outros). Esse tipo de distância entre as pessoas e o acesso as referidas tecnologias chamamos de exclusão digital.

Para que pudéssemos diminuir a exclusão digital, foi criado o Projeto de Inclusão digital na terceira idade. Projeto esse criado no ano de 2011, tendo como coordenador do projeto Rodrigo José Vieira Febrônio, colaborador da Universidade Tiradentes, na qual ocupa a função de Técnico de Informática e com a participação de professores e alunos estagiários dos cursos de Informática Licenciatura de Serviço Social da Universidade Tiradentes – Campus Estância. O Presente projeto teve a parceria da Secretaria de Saúde do Município de Estância, onde já possuía um projeto de Atividades físicas para idosos, chamado 'Estância Ativa'.

Foi feito o convite e as pessoas com mais de 60 anos interessadas em operar um computador e entrar na era da informação, ganharam o curso gratuitamente, com duas aulas por semana. O projeto consistiu em por meio de ambientes digitais poderem ser oferecidos junto aos grupos de idosos, convivência, visando o envolvimento e motivação dos membros para a participação das atividades propostas. Além de obterem conhecimento para sua própria vida e saúde, com palestras através do Centro de atendimento psicossocial da Universidade Tiradentes (CAEEPS) – Campus Estância, com a participação de alunos estagiários e professores de Serviço Social, pôde-se ofertar dicas de nutrição, atendimento psicológico, brincadeiras, danças e passeios.

Saber utilizar as tecnologias de informação proporciona ao idoso uma aproximação maior com seus familiares e amigos, contribuindo para o contato com as pessoas, diminuindo a solidão e gerenciando as atividades cotidianas. Para essas pessoas a Internet não é apenas uma fonte

de pesquisa, pois para esse público específico, é capaz de resgatar o passado, de promover novas amizades e estreitar laços familiares (FERREIRA, 2008, p. 34). Desta maneira o projeto contribui para a qualidade do envelhecimento e a participação social do idoso.

Diante do exposto projeto, este estudo objetivou o conhecimento dos fatores que facilitaram e dificultaram o aprendizado do uso do computador para idosos pertencentes ao Projeto de Inclusão Digital na Terceira Idade, parceria da Universidade Tiradentes e Secretaria de Saúde do município de Estância-Sergipe.

Nesta pesquisa coletamos dados referentes às causas da deficiência no processo de ensino e aprendizagem, buscamos identificar os atendimentos realizados e procuramos compreender como são estabelecidas as relações entre a família, o projeto e os alunos.

O estudo teve como instrumentos um questionário com perguntas sobre algumas variáveis sociodemográficas que foi aplicado inicialmente para conhecer as turmas e ao final dos 24 encontros, de duas horas cada, durante três meses foi aplicado outro questionário para conhecer quais as facilidades e dificuldades encontradas ao longo do aprendizado do uso do computador nas aulas de informática, além de suas relações entre familiares e colegas.

Os itens abordados nas aulas de informática foram:

- Introdução à informática: O computador, Ligando, Desligando, Teclado, Mouse.
- Sistema Operacional: Introdução; Área de trabalho; Menus e Atalhos; Minimizando;
- Editor de texto: Introdução; Barra de ferramenta; Barra de Menu; Barra de Rolagem; Fechar.
- Maximizando e Fechando; iniciando uma Aplicação; Pasta; desligando o Computador.
- Internet: e-mail - Introdução: Aprender a utilizar o Navegador; os principais serviços da Internet; Navegando na Internet (site de busca google, site de visualização de vídeos youtube);
- E-mail; criando uma conta de e-mail; enviando mensagem, lendo mensagens recebidas, utilizando o chat do e-mail interagindo com os colegas.

Os integrantes do projeto de inclusão digital para idosos tinham idade igual ou superior a sessenta anos e eram frequentadores do Projeto de Atividade Física, 'Estância Ativa", da Secretaria de Saúde do Município de Estância-SE. O Curso teve início no ano de 2011 e com três turmas de 20 alunos cada, a presente pesquisa coletou dados com o intuito de conhecer as facilidades e dificuldades encontradas pelos participantes no aprendizado à informática, e, suas relações com a família e colegas.

A amostra foi do tipo não probabilística, as pessoas, primeiramente foram convidadas no grupo de terceira idade, e das 26 que se inscreveram nas oficinas de informática permaneceram 20, sendo as que não faltaram às aulas e, destas, todas responderam aos instrumentos e participaram assiduamente da pesquisa. No estudo foram detectados alguns problemas, dentre eles se destacam: a questão da coordenação motora em relação à operacionalização do Mouse, a questão do problema de visão, alguns detectaram seu problema de visão e por meio do CAEPPS – Universidade Tiradentes, podemos encaminhá-los para exame de vista, a questão de linguagem em relação ao conceito de tecnologias da informação, muitos deles não sabiam pronunciar ou até mesmo nunca tinham visto termos bem significativos na Era digital.

Outra grande dificuldade encontrada foi a questão da memória, na velhice, a memória tende a ficar mais lenta, e isso prejudicava o decorrer do processo de ensino e aprendizagem, visto que o professor tinha que revisar o conteúdo o tempo todo, para que eles se lembrassem de como proceder em suas atividades.

Em relação ao seu relacionamento com a família, detectamos que muitos possuíam filhos, netos fora do estado de Sergipe e que precisavam se comunicar por meio de e-mails e programas de mensagens instantâneas, com esse aprendizado de internet, conseguiram se comunicar e ter uma melhor relação de aproximação com sua família e amigos. Conseguiram fazer compras e buscar informações sobre produtos na internet, além de se cadastrarem em promoções e participar da vida social atual.

A pesquisa foi aprovada pelos membros do Projeto de Inclusão Digital para Idosos e foi autorizado pelo coordenador do Estância Ativa, Secretário de Saúde do Município de Estância-SE.

4 CONCLUSÃO

Com todo caminho de pesquisa percorrido, fazendo o devido uso dos instrumentos de investigação pode-se concluir que o ensino de Informática para idosos no Projeto de Inclusão Digital para Idosos da Universidade Tiradentes – Campos Estância, com parceria do Projeto Estância Ativa da Secretaria Municipal de Saúde de Estância, se efetiva na prática devido ao sistema de ensino, o preparo pedagógico dos muitos profissionais que aderiram à vários cursos de educação continuada e toda sua estrutura de laboratórios de Informática bem equipados, além do CAEPSS, que deu toda sua contribuição, por meio de palestras e acompanhamento Psicossocial para os alunos.

No geral os impedimentos para a consolidação estão sujeito aos rebatimentos do mundo globalizado e a cultura do mundo ocidental 'eficiência', assim a gênese da 'situação problema' está na ausência de incentivo governamental a adequada formação de cursos voltados à terceira idade, que por sua vez não pode estar aleijado do processo democrático de ensino. No caso do projeto destacamos a grande estrutura que conseguimos junto a Universidade Tiradentes e ao CAEPSS que

nos possibilitou um bom andamento das aulas, buscando sempre atingir o objetivo de proporcionar dias melhores para o grupo de idosos, fazendo com que seus laços entre familiares e colegas sejam cada vez mais unidos e que o aprendizado com a informática, venha a beneficiá-los, ajudando no seu dia a dia, sendo incluídos na vida Social do mundo Globalizado.

Destacamos também a metodologia aplicada com esses alunos, buscando sempre alinhar sua vida e suas experiências com as aulas de informática, trazendo pra dentro do ambiente de estudo suas experiências de vida e suas vontades, a exemplo de cadastrar em promoções, em mandar e-mails para familiares, em buscar informações de comidas, entre outros.

Apesar disso, muito ainda precisa ser feito para os idosos, pois, embora essa população tenha formal e legalmente assegurada a atenção às suas demandas, na prática, as ações institucionais mostram-se tímidas, limitando-se a experiências isoladas. Bom seria que chegasse o tempo em que se verificasse a melhoria do nível educacional e do bem-estar da população, pois, neste cenário, talvez não necessitássemos mais de um Estatuto do Idoso. Uma sociedade boa para os idosos é uma sociedade boa para todas as idades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n° 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Brasília: Senado Federal, 1988.

COSTA, L.V.A. Política Nacional do Idoso: perspectiva governamental. I Seminário Internacional – Envelhecimento Populacional: uma agenda para o final do século. **Anais...** Brasília: MPAS, SAS, 1996. p.46-63.

CENEVIVA, W. Estatuto do idoso, constituição e código civil: a terceira idade nas alternativas da lei. **A Terceira Idade**, v.15, n.30, p.7-23, 2004.

ESTATUTO DO IDOSO – Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003. São Paulo: Sugestões literárias, 2003.

FERNANDES, Maria das Graças Melo; SANTOS, Sérgio Ribeiro do. **Políticas públicas e direitos dos idosos: Desafios da Agenda Social do Brasil Contemporâneo**. Paraíba: UFPB, 2007.

KREIS, R.A. *et al.* O impacto da informática na vida do idoso. **Revista Kairós**, São Paulo, v.10, n.2, p.153-168, dez. 2007.

LACOURT, M.X.; MARINI, L.L. Decréscimo da função muscular decorrente do envelhecimento e a influência na qualidade de vida do idoso: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, p.114-121, jan-jul. 2006.

PASSERINO, L.M.; PASQUALOTTI, P.R. A inclusão digital como prática social: uma visão sócio-histórica da apropriação tecnológica em idosos. In: PORTELLA, Marilene Rodrigues; PASQUALOTTI, Adriano, GAGLIETTI, Mauro (Org.). **Envelhecimento humano: saberes e fazeres**. Passo fundo-RS: UPF, 2006. p.246-260.

PAPALIA, D.E.; OLDS, S.W. **Desenvolvimento Humano**. 7.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

SCHWANKE, Carla Helena Augustin. **Inclusão digital de idosos - a descoberta de um novo mundo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SILVA, J.C. Da Velhice e assistência social no Brasil. **A Terceira Idade**, v.17, n.54- 64, 2006

UVO, R.T.; ZANATTA, M. de L.A.L. O Ministério Público na defesa dos direitos do idoso. **A Terceira Idade**, v.16, n.33, 2005.

Recebido em: 8 de Outubro de 2016
Avaliado em: 15 de Outubro de 2016
Aceito em: 5 de Novembro de 2016
